

editorial

Como parte do processo Fórum Social Mundial, o Fórum Social Brasileiro levou milhares de participantes a Belo Horizonte (MG).

Focado na crença de que outro Brasil é possível, os debates e discussões apresentaram críticas globais ao neoliberalismo e à exploração; mostraram a importância da organização e mobilização para que os movimentos sociais possam organizar a esperança.

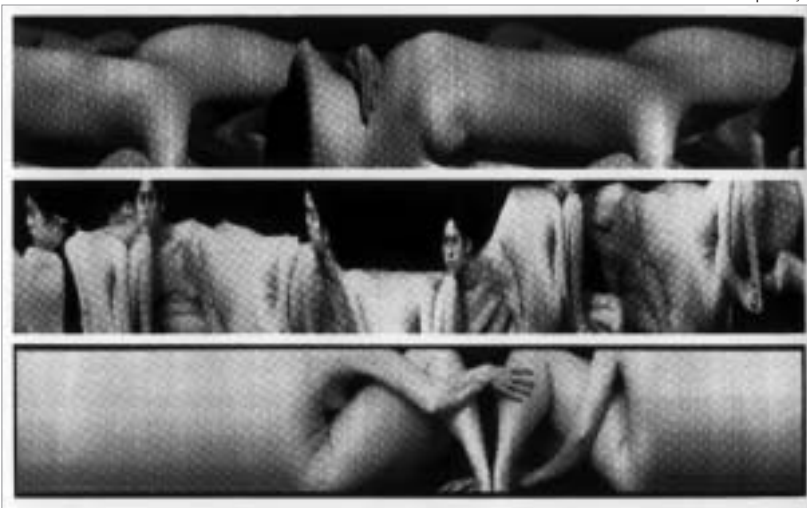
Destacamos o clima crítico das conferências e festejamos a animação da juventude presente e sua vontade de participar de ações diretas. E foi assim na passeata de abertura, com mulheres do Brasil e seus tambores, estandartes e propostas fazendo parte da massa humana com mais de 15 mil marchando pelas ruas de Belô.

As duas animadas manifestações da criativa Frente de Libertação das Sementes, organizada pela Marcha Mundial das Mulheres e Acampamento da Juventude, também mostraram como podemos e devemos denunciar os transgênicos e as transnacionais que os produzem.

O Fórum Social Brasileiro fomentou ainda mais a indignação que já toma conta de nós e continuaremos em movimento, buscando um mundo e um país melhores para mulheres e homens. Agora as rotas convergem para distintas localidades: Miami, Brasil e todo o mundo (manifestações contra a Reunião Ministerial da Alca), França (Fórum Social Europeu), Índia (FSM 2004), Cuba (Encontro Hemisférico contra a Alca). Não são poucos os eventos, as atividades, os encontros. Mas todos pretendem manter forte a esperança de vamos lutar muito para mudar os rumos de tudo o que está aí.

As Semprevivas

The Great Themes / Reprodução



Mundo do trabalho: persiste a desigualdade entre homens e mulheres

Desemprego e flexibilização nos países desenvolvidos com um olhar de gênero: velhos e novos problemas

Por Marilane Teixeira

Recentemente foi publicado no Brasil um trabalho organizado por Helena Hirata e Margaret Maruani, intitulado *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Entre as várias contribuições das autoras, destaca-se a abordagem sobre o mundo do trabalho, cujos temas como precariedade, flexibilização, desemprego são abordados a partir de uma perspectiva gênero. A maioria das análises de mudanças estruturais no mercado de trabalho não reconhecem que ela se produz em um terreno marcado pelas desigualdades entre homens e mulheres e que, portanto, as análises serão insuficientes se não for reconhecida a dimensão de gênero nos processos de transformação que estamos vivendo.

Os conceitos de emprego e desemprego se constituíram em um contexto

de expansão da atividade econômica e de construção de um modelo de Estado de bem-estar social que se consolidou nos países desenvolvidos no pós-guerra: a estratégia para atingir o pleno emprego também passava pela exclusão das mulheres do mercado de trabalho.

Neste contexto de elevado crescimento econômico e social, a perspectiva de um emprego estável e com jornada completa se alterna com etapas de desemprego até que se abandona o mercado de trabalho em idade de aposentadoria. As mudanças produzidas pelo capitalismo nos últimos anos alteraram profundamente as relações de trabalho, portanto, esta dicotomia entre emprego e desemprego já não se ajusta mais a realidade do mercado de trabalho hoje.

Hoje, a disjuntiva mais generalizada não é o emprego-desemprego, mas sim

desemprego-precariedade. Para muitos, obter um emprego hoje não é garantia de estabilidade, mas sim o início de uma trajetória que alterna desemprego com empregos temporários, jornada de tempo parcial, flexível e com o agravante de longas temporadas de desemprego, a possibilidade de encontrar um emprego estável diminui sensivelmente, situação que ocorre com as mulheres em proporção mais elevada do que a dos homens.

"Grupos-problemas"

Para Offe Claus, o problema político do mercado de trabalho consiste não só no crescimento global da demanda pela força de trabalho, mas também na distribuição bem equilibrada e justa dessa demanda entre as categorias. Portanto, para que a política do pleno emprego fosse exitosa era necessário afastar do mercado de trabalho determinados grupos (mulheres, idosos, estrangeiros), denominados por Offe de "grupos-problemas", através de políticas específicas.

Mas esta estratégia resultou na fragilização destes "grupos-problemas" que, ao retornarem ao mercado de trabalho, estão mais expostos a empregos de baixa qualificação e baixa remuneração. Vão constituir a força de trabalho marginal, segundo Offe, pois estarão mais suscetíveis a demissões, além da empresa impor uma taxa de exploração acima da média. Considerações importantes para compreendermos porque as mulheres estão mais expostas a uma contratação mais precária e flexível. No entanto, a mobilização do trabalho das mulheres é bem mais complexa, já que combina ideologias sobre a família e o papel das mulheres, seus próprios desejos, a restrição de homens, patrões e trabalhadores, inclusive das organizações sindicais, majoritariamente masculinas.

A disjuntiva emprego-precariedade

A flexibilidade é apresentada como uma panacéia, como oposição à rigidez,

como sinônimo de capacidade de adaptação. Na verdade, a flexibilidade visa transferir aos trabalhadores os riscos ligados às flutuações conjunturais e reduzir o custo da mão-de-obra; questionando a legislação, o tempo, a duração, os salários e a proteção social. Facilitando formas de emprego com menores custos: trabalho temporário, à domicílio, independente, tempo parcial. Emergem formas de trabalho que se colocam entre a inatividade e o emprego: curta duração e de forte instabilidade.

Para Meulders Daniëli, as estatísticas europeias sobrevalorizam os dados sobre emprego e diminuem os dados sobre o desemprego. Estas manipulações – nas suas palavras – atingem mais as mulheres, por estarem nos empregos ditos flexíveis. Neste sentido, as mulheres aparecem como as principais vítimas das políticas de flexibilidade, uma vez que podem ser encontradas em maior número nos horários flexíveis associados ao tempo parcial de curta duração, com baixos salários e reduzida proteção social.

No discurso dos governos, as mulheres são as grandes beneficiadas, uma vez que esta forma de trabalho permite conciliar vida familiar e trabalho fora de casa.

O trabalho temporário também se dissemina entre as novas formas de contratação. É, mais do que o tempo

parcial, um fenômeno ligado à demanda, que permite à empresa adaptar seu volume de produção ao mesmo tempo que reduz seus custos salariais. As mulheres são mais numerosas que os homens nos empregos temporários.

Programas para a exclusão

Entre os programas estimulados pelos governos está a implantação de políticas que visem incluir as mulheres entre os inativos, promovendo licenças parentais ou outras formas de interrupção de carreira. Estas políticas também se destinam aos homens. Os efeitos negativos para quem opta por elas é evidente: remuneração inferior e ausência de promoção. Na França, desde 1995, as mulheres que têm filhos recebem uma renda para ficarem em casa.

Como já enfatizamos anteriormente, estas políticas de exclusão das mulheres do mercado de trabalho só dificultam ainda mais a sua inclusão posteriormente. Os próprios laços de solidariedade de parte das representações sindicais são mais tênues e tendem a se voltar para o grupo de desempregados que buscam efetivamente uma relação contratual do que os segmentos "inativos".

Doutoranda do programa de Economia Social e do Trabalho pelo Instituto de Economia da Unicamp e presidente da SOF.

O trabalho em tempo parcial

- ✓ Não exclui longas jornadas de trabalho e horários desencontrados;
- ✓ Não exclui semanas mais longas;
- ✓ Distingue-se por uma maior frequência de horários variáveis de um dia para outro, fixados pela empresa ou por uma variação do número de dias trabalhados de uma semana para outra;
- ✓ Os assalariados em tempo parcial trabalham mais nos fins de semana do que os trabalhadores em tempo integral.

Fonte: J. Baué & M.F. Cristofari (1998)

Entre 1990 e 1996

- ✓ Homens em tempo parcial subiu de 4% para 5,5%
- ✓ Mulheres em tempo parcial subiu de 28,1% para 31,6%

Fonte: *Emplois en Europe*, onde constata-se que, em 1996, bem como nos anos anteriores, o trabalho parcial representou a totalidade do aumento líquido dos empregos, e a proporção de pessoas trabalhando em tempo parcial cresceu muito; em sua grande maioria mulheres.

Transgênicos: o monopólio por trás da ficção científica

Por Conceição Dantas*

A discussão em torno dos transgênicos, ao contrário do que muitos pensam, não representa a briga entre duas vertentes na escala da evolução, na qual de um lado estariam os modernos, que brindam efusivamente cada novo avanço tecnológico e anseiam a chegada da era intergaláctica, das colônias na lua e refeições de pílulas concentradas e do outro os “arcaicos e saudosistas” defensores da horta orgânica, da agricultura familiar, que teimam em remar na contramão da história, impedindo a concretização de tudo aquilo que os filmes de ficção científica incutiram em nossas mentes.

Longe dessas primeiras impressões, a luta contra os transgênicos não é de modo algum anti-tecnológica, mas prima pelo respeito à natureza, aos homens e mulheres e é contra o monopólio, a concentração de riquezas e de sabedoria.

Ficção versus realidade

Em tese, seria ótimo que, de repente, uma pílula alterada pela cultura transgênica resolvesse o problema da alimentação do planeta e, de quebra, contemplasse às mulheres, que sempre lutaram pelo direito à redução da sobrecarga com as tarefas domésticas.

Mas, esta possibilidade, teoricamente tão satisfatória quanto as colônias na lua, passa ao largo das reais consequências – algumas ainda desconhecidas pela ciência – que os transgênicos podem trazer à espécie humana. A concretização de todas as necessidades através da tecnologia nada mais é do que uma ilusão comercial, da mesma estirpe da que consagrou os Estados Unidos como a “terra da liberdade”.

Contentar-se com a perspectiva dessa ilusão mascara a verdadeira discussão, que seria a de questionar a divisão sexual do trabalho e o modelo capitalista de desenvolvimento. Mais fácil buscar tecnologia do que buscar a alteração dos valores e poderes já estabelecidos.



As figuras integram o 'Juego de IOMCeria' preparado por entidades mexicanas para as ações em Cancun contra a OMC (www.corpwatch.org)



Os transgênicos têm dois grandes pontos frágeis: a falta de uma comprovação científica de sua sanidade para o nosso organismo e o monopólio da produção. Enquanto cientistas do mundo todo ainda estão tentando mapear o Genoma Humano, os transgênicos cor-

rem por fora e já manipulam genes de sementes, para apurar sabores, aumentar a resistência a agrotóxicos e as qualidades naturais, dizem eles.

Dúvidas e monopólios

Mas quando se pergunta sobre a possibilidade desses genes incidirem no organismo humano, as respostas são adiadas indefinidamente, em função das grandes lacunas ainda enfrentadas pelo tema.

No que diz respeito ao monopólio, que estará centrado principalmente em quatro empresas, entre elas a Monsanto, é apenas uma prova de que o comércio dos transgênicos terá poucos e grandes beneficiados: as multinacionais, que irão concentrar todo o dinheiro e patentear a produção de alimentos no planeta.

Do outro lado da moeda, os agricultores e agricultoras terão de comprar sementes produzidas por empresas privadas, sem o direito a replantar aquelas que colherem em sua lavoura e, assim, terá início um novo processo de exclusão no qual muitas famílias ficarão sem terra e sem comida.

Ética ou lucro?

Esta é realidade que se esconde por trás da bela “propaganda” ficção científica dos transgênicos. E é também um alerta de que o resgate da sabedoria popular dos agricultores e agricultoras, principalmente estas, que há milênios vêm selecionando as suas sementes e entendem pelo olhar aquelas que irão proporcionar melhores safras, é fazer justiça a um conhecimento que merece ser percebido, entendido e desvendado.

Muito mais poderia ser feito pela fome de alimentos se a ciência e a tecnologia pudessem trabalhar de acordo com a sabedoria, não em função do lucro, mas da ética e do bom senso.

* Socióloga, Centro Feminista 8 de Março e militante feminista da Marcha Mundial das Mulheres – Mossoró (RN).

Eh Pagu, Eh! é lançado em vídeo

Premiado como melhor documentário e melhor roteiro no XV Festival de Cinema de Brasília, **Eh Pagu, Eh!**, dirigido por Ivo Branco, é agora lançado em vídeo.

O vídeo é uma viagem/trajetória da vida-obra de Patrícia Galvão – Pagu, que participou do Movimento Antropofágico, na Revista de Antropofagia, na fase mais radical, anticatólica e esquerdista da publicação. Militando nos quadros do PC, Patrícia Galvão escreve, na década de 1930, *Parque Industrial*, o primeiro romance proletário da literatura brasileira.

Foi presa na ditadura Vargas, depois é expulsa do PC e junta-se aos dissidentes trotskistas. Libertada, volta-se às suas atividades de jornalista, colaborando em jornais do Rio e de São Paulo. Ingressou na Escola de Arte Dramática de São Paulo e dedicou-se ao trabalho teatral, em Santos, até sua morte naquela cidade, em 1962.

Utilizando uma linguagem nova em termos de documentário, “**Eh Pagu, Eh!**” recupera, através de fotos, jornais, filmes de época e reconstituição com atores, uma visão emocionada dessa mulher apaixonada e apaixonante. Pagu é interpretada pela atriz Edith Siqueira e o filme conta ainda, na narração, entre outras, com a voz de Raul Cortez. O vídeo é vendido diretamente através do e-mail etceterafilmes@uol.com.br e adquiridos através de depósito bancário. O preço da cópia é de R\$ 25,00 mais custos de remessa.

o que rola

Por uma comunicação democrática: Chega de mentira. *Veja* aqui não!



Nos moldes da campanha contra o jornal gaúcho *Zero Hora*, da RBS, que conseguiu reduzir consideravelmente o número de leitores do periódico, a campanha *Veja que Mentira* pretende despertar a opinião pública para as manipulações praticadas pelos grandes veículos de comunicação. “A revista *Veja* simboliza a expressão mais atrasada e reacionária do jornalismo praticado pela ‘gran-

de’ imprensa, que distorce a realidade, criminaliza os movimentos sociais e tenta desmoralizar quem defende a democracia e os interesses do povo brasileiro”, diz o jornalista Hamilton Octavio de Souza, editor da *Revista Sem Terra* e professor da PUC-SP.

A campanha, que faz parte da Jornada pela Democratização da Mídia, lançada pelo jornal Brasil de Fato, entidades e movimentos sociais no Fórum Social Brasileiro, defende o posicionamento crítico diante das mentiras e das distorções divulgadas pela *Veja*, pede a denúncia da revista por sua falta de ética e falta de respeito com o leitor e com a cidadania; pede que se deixe de ler e de assinar a revista até que ela mude de postura e assuma compromisso com a democracia e com a liberdade de expressão, de organização e de manifestação.

Os lemas da campanha são Eu não leio a *Veja*. Eu não assino a *Veja*. Chega de mentira, *Veja* não. *Veja* que mentira. Aqui não.

folhafeminista

nº 47 outubro de 2003 ISSN 1516-8042

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otilia Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista.

Este número tem apoio financeiro da ICCO.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria
Editora: Fernanda Estima (Mtb 25.075)
Projeto Gráfico: Alexandre Bessa
Diagramação: Márcia Helena Ramos
Fotolito: Input
Impressão: RWC Artes Gráficas
Tiragem: 1.500 exemplares
Número avulso: R\$1,50



Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
 05417-080 - São Paulo / SP
 Tel/fax: 3819-3876
 Correio Eletrônico: sof@sof.org.br
 Página na internet:
<http://www.sof.org.br>

próximos números

- ABORTO EM PAUTA
- FÓRUM SOCIAL EUROPEU